Futuro das cidades deve ser prioridade máxima para governantes e cidadãos, defende ALU

7 de Abril, 2022

Reeleito presidente da **Associação Limpeza Urbana** – Parceria para Cidades + Inteligentes e Sustentáveis (ALU), **Luís Almeida Capão**, pede prioridade máxima aos temas que envolvem o futuro das cidades portuguesas.

“As políticas públicas sustentáveis devem ser levadas a sério por todos os governantes e cidadãos portugueses, no sentido de evitar o agravamento dos riscos climáticos e ambientais no país”, disse o também representante da Câmara Municipal de Cascais e presidente da Cascais Ambiente, na 6ª Assembleia Geral da ALU, evento que ocorreu a 31 de março e marcou a sua reeleição no cargo, citado num comunicado.

Encabeçada por Luís Almeida Capão, a atual lista foi eleita por unanimidade para um período de mais quatro anos, contando ainda com Rui Morais, da AGERE – Empresa de Águas e Resíduos de Braga, como vice-presidente; Lúcia Bonifácio, da Câmara Municipal de Mafra, como Tesoureira; e Jorge Almeida, da Câmara Municipal de Águeda e Júlio de Sousa, da Câmara Municipal de Loulé, como vogais.

Para o presidente da ALU, agora é o momento ideal para operar as mudanças necessárias: “O governo que acaba de tomar posse tem a responsabilidade de marcar a viragem nas políticas públicas e aproveitar a crise energética já em curso para acelerar o combate às alterações climáticas. Tornou-se ainda mais evidente, nos últimos anos, que a limpeza urbana e a recolha de resíduos é um dos temas cruciais para o futuro de todas as cidades, dentro e fora da Europa”, afirmou.

Ao fazer referência dos dados observados recentemente pela ALU, como o facto de que os serviços de limpeza urbana custam, pelo menos, 30 euros por habitante/ano em Portugal, Luís Almeida Capão garantiu que “seremos capazes de contribuir positivamente para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal, tornando os nossos espaços mais atrativos para turistas, despertando o sentimento de pertença e de cuidado nos moradores, bem como reduzindo gastos públicos”.

Os próximos quatro anos são vistos como “desafiantes”, primeiramente, marcado pelas consequências nefastas da pandemia e, agora, com a guerra a decorrer na Ucrânia: “Apesar deste cenário preocupante, os decisores políticos não podem perder o foco no longo prazo, na preparação de um futuro mais resiliente e sustentável. É hora de repensar o que compramos e privilegiar a qualidade em detrimento da quantidade, de reduzir o que desperdiçamos todos os dias, na água, na energia, na comida, no tempo; e de implementar modelos de utilização de equipamentos e produtos assentes na partilha. A política climática e ambiental não pode ficar em suspenso”.

Ao papel dos municípios, o presidente da ALU considera que são os “responsáveis pela implementação de políticas públicas e pelo desenvolvimento da economia local”, tendo a função de “mobilizar a população e modernizar os seus serviços. A inovação é a chave de todas as mudanças e a medida da evolução social. Só alcançaremos serviços eficientes e justos com sistemas inteligentes e com cidadãos participativos e conscientes da importância da conservação da natureza”. Para o responsável, “a recolha de dados sobre o que fazemos é o primeiro passo para transformar e melhorar as nossas atividades e os municípios de menores dimensões não podem ficar de fora deste trabalho”. Apesar de Portugal estar em desvantagem quando comparado com outros países, Luís Capão acredita que “a ALU e outras organizações similares podem contribuir a dar um salto nesta mudança e a descomplicar o futuro”.